

“As ditaduras no mundo ibero-americano: projetos de organização nacional e estratégias de legitimação”

Os princípios da democracia representativa são, nos dias de hoje, amplamente aceitos. Embora algumas de suas modalidades e procedimentos sejam objetos de discussão, há um consenso quanto ao sufrágio universal e ao respeito aos direitos humanos serem as principais fontes de legitimidade dos sistemas políticos, a tal ponto que mesmo os regimes autoritários não ousaram rejeitá-los abertamente. Estes, via de regra, preferiram manipulá-los, destacaram o caráter provisório de sua interrupção sem deixar de insistir no fato de que a verdadeira intenção era “aprofundar”, “consolidar” ou “salvar” a democracia.

Desde as independências, no início do século XIX, a América Latina conheceu raros momentos de estabilidade democrática: *pronunciamentos*, caudilhos, ditaduras personalistas e patrimonialistas, ingerência das Forças Armadas na política, violência, em suma, a instabilidade política marcou a história do continente até pouco tempo e, em certa medida, ainda marca. A partir de meados dos anos 1980, as distintas ditaduras militares, instauradas a partir dos anos 1960, deram lugar a frágeis democracias – alguns diriam “semidemocracias” – saídas de processos de transição bastante heterogêneos. O fato é que após o que Samuel Huntington chamou de “terceira onda de democratização” do final do século XX, muitos foram aqueles que acreditaram no “fim da história”: a democracia liberal triunfara e o desafio era doravante consolidá-la e aperfeiçoá-la.

Para alguns historiadores nascidos no início dos anos 1980 que optaram por estudar as ditaduras militares da segunda metade do século XX, como a geração dos organizadores deste número temático, que cresceram sob um regime democrático, havia algo que não “encaixava”: como era possível que aquelas ditaduras, que *a posteriori* todos rejeitaram, ditaduras que perseguiram, torturaram e exterminaram seus opositores, puderam durar 15, 20, 25 anos ou mais? Como entender as marchas da família ou as comemorações no momento em que os governos eleitos democraticamente eram destituídos, exilados ou assassinados? Como entender os altos índices de popularidade que alguns desses regimes desfrutaram em determinados momentos? Ora, foi-nos transmitida, por múltiplos vetores, uma memória mitificada daquele período que valorizou a resistência e a luta democrática quando, naqueles anos, grande parte da sociedade aprovava e legitimava aquelas ditaduras mesmo sabendo que elas perseguiram, torturavam e exterminavam. Talvez essa seja a constatação mais dolorosa para aqueles que olham o passado e procuram entendê-lo: as ditaduras não foram impostas e mantidas por minorias – seja pelos militares, seja pela elite econômica – *contra* a sociedade (embora tenham beneficiado apenas minorias); elas foram *produtos* de sociedades autoritárias, conservadoras, hierarquizadas, violentas e patriarcais. Olhando para o passado a partir dessa perspectiva, talvez tenhamos uma ideia mais clara do enorme desafio que é manter uma democracia ao sul do Rio Grande – um regime fundado na igualdade de condições.

Esse esforço para se manter e consolidar uma democracia não pode prescindir de um conhecimento cada vez mais profundo das experiências autoritárias recentes. Elas revelam os fundamentos mesmos do autoritarismo. Quando começamos a pensar na realização desse número temático, duas questões maiores nos interpelavam: a primeira fazia referência às mudanças estruturais que as ditaduras militares latino-americanas da segunda metade do século XX buscaram realizar. Embora elas afirmassem que tinham por objetivo defender a “civilização ocidental e os valores cristãos” contra a ameaça representada pelo comunismo, as distintas ditaduras traziam consigo um *pro-*

jeto de organização nacional: promoveram uma profunda reorganização da economia, da sociedade, da política e do Estado, tendo o crime massivo e a violência estatal persecutória como método fundamental.

A segunda questão fazia referência a *legitimidade* desses regimes. Afinal de contas, se eles puderam durar por mais de uma década isso não aconteceu apenas graças ao uso da força: elas procuram meios de se legitimar e foram legitimadas por amplos setores da sociedade que viam a intervenção militar como um meio eficaz para a instalação de uma ordem e uma disciplina. O objetivo geral deste número temático é analisar os discursos, as políticas, as práticas e os meios empregados por distintas frações das classes dominantes, na tentativa de criar uma nova ordem política. Além disso, pretende-se investigar as formas pelas quais indivíduos, grupos, movimentos e instituições da sociedade civil atuaram nesta esta nova ordem ou a ela se acomodaram. Ou seja, historicizar os processos, analisar criticamente as experiências localizando-as num todo que dotado de sentido pode ser lido a partir dos discursos.

*

Há uma identificação justificada entre as ditaduras militares latino-americanas e a tortura, a perseguição e o desaparecimento. Os relatos das vítimas, mas também de alguns algozes, assim como outros tipos de fontes como os arquivos oriundos das polícias políticas, foram se tornando públicos a partir das distintas transições democráticas. Não obstante, zonas de sombra subsistem. Duas contribuições desse número temático colocaram a questão da violência no centro da análise. O artigo Pablo Porfirio *Engrenagens de uma maquinaria repressiva: considerações sobre o golpe civil-militar de 1964* vem lançar luz sobre uma dessas zonas ao analisar como o golpe de 1964 foi vivenciado na Zona Canavieira de Pernambuco. Não se deve esquecer que a região Nordeste viveu um período de grande efervescência política na década que precedeu o golpe, chegando a chamar a atenção do Departamento de Estado norte-americano. O risco, na visão do governo estadunidense e dos setores conservadores da sociedade brasileira, era que a região poderia ser a centelha de uma revolução comunista que inevitavelmente se alastraria pelo país e em seguida pelo o continente. Apesar disso, como notou Porfirio, há uma invisibilidade e um silenciamento com relação aos movimentos rurais e seus atores sociais que é uma consequência, em parte, da aliança institucionalizada entre os latifundiários e a força do Estado na repressão no campo. A utilização de um relato de memória de um trabalhador rural como fio condutor para sua reflexão, e seu cruzamento com outras fontes – processos judiciais e notícias de jornal – permitiu a Porfirio oferecer uma visão mais “concreta” da violência sofrida pelos trabalhadores rurais, assim como daquilo que o autor chama de engrenagens da maquinaria repressiva.

O interessante texto de Paulo Alves, *A resistência cotidiana infanto-juvenil durante a ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner no Paraguai*, aborda uma das dimensões mais profundas da violência estatal persecutória: o poder reconfigurador que emana do exercício do terror. Trabalhando sobre as ações repressivas constantes no *Informe Final de la Comisión de Verdad y Justicia* (2008) e com um sólido utensilagem conceitual, o autor centra-se no período 1976-1980, momento marcado pela intensificação das práticas repressivas. Quando Alves assinala que a violência estatal contra as crianças e os adolescentes era uma forma de atacar os grupos sociais considerados como inimigos, ele está recuperando um elemento-chave das dinâmicas próprias do terrorismo de Estado.

Inscrita nesse processo se encontra a capacidade performativa dos discursos da ditadura que determinaram a identidade das vítimas da repressão.

Dois artigos se situam no campo das relações internacionais. O de Camillo Robertini, *Las relaciones bilaterales entre Itália y Argentina durante la última dictadura militar (1976-1983)*, examina as relações entre as distintas frações das classes dominantes da Itália e da Argentina, especificamente durante os anos da última ditadura civil-militar-religiosa (1976-1983). O autor, profundo conhecedor do tema, rastreia os antecedentes mais imediatos dessas alianças, trabalhando com um conjunto de documentos pouco conhecido até o momento. Sua pesquisa revela, por um lado, os meandros das responsabilidades do grande capital italiano nas práticas genocidas na Argentina. Por outro lado, Robertini analisa o importante trabalho da rede italiana para os Direitos Humanos e como as redes de solidariedade se reforçaram a partir da sociedade civil.

Rodrigo Nabuco, por sua vez, em *Diplomatas de farda. A França e o golpe de 1964*, analisa o impacto do golpe civil e militar de 1964 sobre as relações franco-brasileiras, assim como o papel dos adidos militares nas relações entre os dois países. Três momentos são privilegiados em sua análise: os anos que vão do final da década de 1950 até as vésperas do golpe civil-militar no Brasil; em seguida, o período imediatamente anterior e posterior a março de 1964; finalmente, os anos que seguem à chegada dos militares no poder. A partir de uma documentação oriunda dos arquivos franceses, Nabuco mostrou como, no primeiro momento, o governo francês buscou impor sua presença na América Latina, especificamente no Brasil, vendo nos militares nacionalistas brasileiros e numa política externa independente uma oportunidade de aumentar sua influência no continente. O segundo momento revela como a atuação dos setores militares franceses, especialmente a de Pierre Lallart, foi fundamental para que de Gaulle reconhecesse o novo poder militar. Nabuco identifica os atores militares dos dois países e reconstitui as redes de sociabilidade entre eles, redes essas que envolviam interesses não apenas geopolíticos mas também comerciais. Após o golpe e o reconhecimento do novo governo por de Gaulle, terceiro momento examinado por Nabuco, as relações entre setores militares brasileiros e franceses se estreitaram a ponto dos últimos auxiliarem os primeiros no monitoramento dos exilados.

A contribuição de Fernanda de Souza *'Terra sim, barragens não!': o Movimento dos Atingidos por Barragens e seu papel na construção do watergate durante a ditadura civil-militar no Brasil: aproximações*, centrada na atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens, explora a emergência do mencionado movimento e como a ditadura militar brasileira modificou a estratégia de suas relações com a sociedade civil. A análise desse novo movimento social (novo, por um lado, porque surge quando os militares já estavam há mais de cinco anos no poder e, por outro lado, porque não se trata de um movimento social tradicional) tem uma dimensão específica que se refere à impossibilidade da ditadura de exercer um controle absoluto; e de maneira mais geral aponta as contradições geradas pela lógica desenvolvimentista.

Joaquín Baeza, em *La Concertación. El último intento de legitimación de la dictadura argentina (1982)*, realiza uma análise pormenorizada das tentativas do regime ditatorial argentino recriar negociações com alguns partidos políticos através da chamada *Concertación*. O estudo se concentra na conjuntura de decomposição da ditadura (1982), quando as Forças Armadas, cientes do iminente colapso do seu controle do Estado, tentam administrar e gerir sua queda, que poucos anos antes lhes parecia impensável. Recordemos que Harguindeguy, ministro do

interior da ditadura, afirmava “nós não queremos falar de prazos, senão de objetivos”, uma projeção discursiva que se esgotou em si mesma e permitiu ver a densidade temporal que escondia em sua aparente simplicidade. Era a afirmação de um presente indeterminado que, entretanto, e apesar do Estado policial, não pôde destruir todo o poder.

O artigo que fecha o presente número temático dossiê foi escrito por um dos organizadores, Diogo Cunha, que em seu texto *O campo intelectual no Brasil nas décadas de 1960 e 1970: a ‘estrutura cultural conservadora’, as universidades e as esquerdas*, buscou oferecer uma visão panorâmica do campo intelectual no Brasil durante a ditadura militar. O processo de autonomização desse campo, a partir dos anos 1950, foi acompanhado pela ascensão de novos atores e instituições culturais e científicas e pelo declínio de outros. É justamente dessa dinâmica que o autor procurou dar conta examinando três “subcampos”: o primeiro, que ele chama de “estrutura cultural conservadora”, é formado pela Academia Brasileira de Letras, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pelo Conselho Federal de Cultural, instituições ocupadas pelos *intelectuais tradicionais*; o segundo, é aquele formado pelos *artistas engajados de esquerda*, cuja origem remonta ao final da Segunda Guerra Mundial e que ganhará uma grande visibilidade nas décadas de 1960 e 1970; finalmente, o terceiro é formado pelas universidades federais e pelo surgimento de um novo “tipo” de intelectual, o *professor pesquisador*.

O período da ditadura militar no Brasil coincidiu com a emergência do “intelectual professor pesquisador”, com o apogeu do “intelectual artista de esquerda” e o declínio do “intelectual tradicional”. A análise de Cunha levou-o a matizar a célebre imagem da “hegemonia cultural da esquerda” que frequentemente ocultou, na historiografia, o papel, a importância e a ação dos professores pesquisadores e dos intelectuais tradicionais nesse período. Enquanto os primeiros conseguiram manter uma relativa autonomia no interior do circuito universitário para formularem suas críticas ao regime militar, os segundos, embora em franca perda de prestígio e de legitimidade para intervir no debate político enquanto *intelectuais*, eram os que ainda detinham o poder “de fato” graças a sua enorme inserção nos meios de comunicação e por ocuparem os postos estratégicos no Estado.

*

A publicação desse número coincidiu com uma das maiores crises vividas pela democracia brasileira após a promulgação da Constituição de 1988. Em 31 de agosto de 2016 o Congresso Nacional destituiu uma presidenta eleita democraticamente sem que ela tenha cometido qualquer crime de responsabilidade, configurando, na visão dos organizadores desse dossiê, um golpe de Estado parlamentar. O poder foi então assumido por uma frente ultraconservadora que já possuía maioria tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, garantindo ao novo presidente um amplo poder para impor um programa político que certamente não teria passado pelo crivo dos eleitores.

Esse processo de impeachment – assim como outras rupturas democráticas ocorridas no continente nos últimos anos – mostra que a democracia na América Latina está longe de ser algo adquirido. Ademais, apesar das transformações que os países da América Latina atravessaram desde o início dos anos 1960, importantes continui-

dades persistiram nos planos político, econômico, social e cultural. Um olhar global no século XX latino-americano põe em cheque a ideia segundo a qual as ditaduras teriam sido um simples e – triste – parênteses da história. Enfrentar esse passado perturbador, identificar as rupturas e continuidades entre ditadura e democracia, desconstruir a memória desses anos, enganadora em muitos aspectos, é um exercício incontornável para se compreender os fundamentos do autoritarismo latino-americano, seu profundo enraizamento na sociedade e sua persistência ao longo da história desses países.

Prof. Dr. Diogo Cunha
PPG Ciência Política/UFPE

Prof. Dr. Julio Lisandro Cañon Voirin
Departamento de História/Columbia University